



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 116/XIV/ 2.ª SL

Aos 05 dias do mês de maio de 2021, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão De Orçamento e Finanças, na(o) Sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Formato misto (presencial + videoconferência)

1. **Aprovação da ata n.º 114 e 115;**
2. **Discussão e votação do parecer sobre o Relatório “Portugal na União Europeia – 2020”; Relator: Sara Madruga da Costa (PSD)**
3. **Discussão e votação do relatório final da [Petição n.º 153/XIV/1.ª](#) – “Lesados de Papel Comercial e Lesados Emigrantes do BES/Novo Banco”; Relator: Deputado Fernando Anastácio (PS)**
4. **Votação de requerimentos apresentados no âmbito da apreciação, na especialidade, do [Projeto de Lei n.º 678/XIV/2.ª \(PSD\)](#) – “Aprova o quadro legal complementar de prevenção e combate à atividade financeira não autorizada e defesa dos consumidores” e do [Projeto de Lei n.º 781/XIV/2.ª \(PS\)](#) – “Aprova um regime de prevenção da atividade financeira não autorizada com vista à tutela dos direitos dos consumidores”;**
5. **Outros assuntos.**

-
1. **Aprovação da ata n.º 114 e 115;**

As atas foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PCP, PAN, CH e IL.

2. **Discussão e votação do parecer sobre o Relatório “Portugal na União Europeia – 2020”;**

A Senhor Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) apresentou o relatório de que foi autora, tendo sido depois cumprimentada pela Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) que aproveitou ainda para frisar que, sendo o relatório descritivo e factual votará favoravelmente, não obstante haver matérias relativas à política europeia com as quais não concorda.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 116/XIV/ 2.ª SL

Também o Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) saudou a Deputada relatora, salientando a objetividade do relatório. Referiu ainda que o seu grupo parlamentar (GP) se revê, tanto nas conclusões do relatório, como nas opções de política sobre as quais o mesmo versou.

Após ter cumprimentado a Deputada relatora, o Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) anunciou que o sentido de voto PCP (contra) se justifica pelo conteúdo e não pela factualidade do relatório em si. Sublinhou que esta constitui a única oportunidade para o partido manifestar a sua opinião sobre as opções de política europeia, com as quais não concordam, nomeadamente no que se refere a imposições orçamentais e de política orçamental, algumas das quais, na sua perspetiva, violando até a soberania nacional.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) também saudou a deputada relatora, sublinhando as condições especiais em que a mesma foi chamada a elaborar este relatório. Aproveitou ainda para referir que o PSD se revê, não só nas conclusões do relatório, como também nas linhas mestras da participação de Portugal no processo europeu.

Submetido a votação, foi o relatório aprovado com o voto contra do PCP, a abstenção do BE e os votos favoráveis do PS, PSD e CDS-PP.

3. Discussão e votação do relatório final da [Petição n.º 153/XIV/1.ª](#) – “Lesados de Papel Comercial e Lesados Emigrantes do BES/Novo Banco”;

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) apresentou relatório final de que é autor, tendo sido depois cumprimentado pelo Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD), que aproveitou igualmente para sublinhar a relevância da matéria em apreço. Notou ainda que, não tendo reunido assinaturas suficientes para discussão em plenário, caberá a cada GP apreciar a petição e atuar em conformidade, se assim o entender.

Submetido a votação, foi o relatório aprovado por unanimidade, na ausência do PAN, CH e IL.

4. Votação de requerimentos apresentados no âmbito da apreciação, na especialidade, do [Projeto de Lei n.º 678/XIV/2.ª \(PSD\)](#) – “Aprova o quadro legal complementar de prevenção e combate à atividade financeira não autorizada e defesa dos consumidores” e do [Projeto de Lei n.º 781/XIV/2.ª \(PS\)](#) – “Aprova um regime de prevenção da atividade financeira não autorizada com vista à tutela dos direitos dos consumidores”;



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 116/XIV/ 2.ª SL

Tomou a palavra o Senhor Presidente assinalando a sobreposição de entidades requeridas pelo PS e PSD, tendo depois identificado os casos em que divergem, ou seja, em que o PS pede contributo escrito e o PSD pede audiência presencial (por videoconferência). Solicitou que os proponentes se pronunciassem sobre esta questão.

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS), não se opondo à lista de entidades proposta pelo PSD, deixou à sua consideração a possibilidade de minimizar as audições presenciais, dada a sobrecarga da agenda da Comissão. Disse, contudo, que o PS se sente confortável com a solução que for encontrada.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) que também disse nada ter a opor à lista apresentada pelo PS, tomou boa nota das preocupações expressas relativas à agenda. Lembrou, todavia, que estando no horizonte o agendamento das audições com os supervisores, como é o caso da CMVM, esta audiência poderia realizar-se no mesmo dia, com uma ronda adicional. Sobre as restantes entidades, onde se verifica divergência quanto ao modo de auscultação, disse que iriam ponderar sobre a possibilidade de se passar a pedir apenas contributo escrito e que, até final do dia, dariam conhecimento à Mesa.

Foram nestes termos votados cada um dos dois requerimentos, tendo sido ambos aprovados, por unanimidade, na ausência do PAN, CH e IL.

5. Outros assuntos.

O Senhor Presidente referiu que o plenário da Assembleia da República aprovou, por unanimidade, requerimento de baixa à COF, sem votação, até 60 dias, da Proposta de Lei n.º 86/XIV/2.ª(GOV) relativa às Grandes Opções para 2021-25. Notando que a decisão do plenário se sobrepõe à Comissão, alertou o autor do requerimento para o preceituado no n.º 3 do artigo 34.º da Lei de Enquadramento Orçamental. Finalizou informando que a Mesa aguardará impulso para dar seguimento à tramitação da iniciativa na Comissão.

O Deputado João Paulo Correia (PS) pediu a palavra para apresentar o requerimento do PS, recentemente enviado à Comissão, na sequência da publicação do relatório de auditoria do Tribunal de Constas (TdC), relativo ao financiamento público ao Novo Banco. Explicitou que o mesmo foi remetido à COF porque foi esta a Comissão que solicitou a



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 116/XIV/ 2.ª SL

auditoria. Referiu também que, dada a relevância da matéria, deveriam as audições ser realizadas num curto espaço de tempo. Concluiu solicitando o consentimento de todos os GP para que a votação fosse realizada ainda na presente reunião.

O Presidente recordou que, não tendo o requerimento chegado com a antecedência prevista regimentalmente, deverá a sua discussão e votação ser agendada para a próxima reunião da Comissão, a menos que haja anuência de todos os GP para que seja votado hoje.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE), intervindo por videoconferência, recordou que há alguns meses o BE, tentou, sem êxito, nas mesmas circunstâncias, agendar requerimento para ouvir o Governador do BdP sobre as moratórias. Ainda assim, disse não se opor à sua votação na presente reunião, anunciando também que votará favoravelmente este requerimento.

Dado o seu carácter de urgência também os Senhores Deputados Cecília Meireles (CDS-PP) e Duarte Pacheco (PSD) concordaram com a votação do requerimento na presente reunião, tendo este último aproveitado para salientar o contexto em que o mesmo surge, recordando ainda que o TdC respondeu tempestivamente ao pedido de auditoria. Também expressou dúvidas sobre qual seria a melhor sede para a realização destas audições, dado que está a funcionar uma Comissão de Inquérito que incide sobre matéria idêntica, onde estas entidades, com a exceção do TdC, serão ouvidas. Assinalou, igualmente, a existência de uma sobreposição quase total dos Deputados presentes nestas duas Comissões, considerando que poderia ser até contraproducente, do ponto de vista da perceção externa, que num curto espaço de tempo, entre uma a duas semanas, a mesmas pessoas fossem chamadas, para depor sobre o mesmo tema, em duas comissões distintas.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) retomou a palavra, defendendo que estas personalidades deveriam ser ouvidas já na próxima semana, razão pela qual votará favoravelmente o requerimento. Aludiu ao facto de estar em curso uma Comissão de Inquérito sobre este tema e informou que o CDS tinha apresentado, no dia anterior, requerimento nessa Comissão, solicitando a audição prioritária do Governador e do ex-Governador do Banco de Portugal, do Presidente do Fundo Resolução e do Presidente do Novo Banco, que já tinham sido requeridas há meses. Na sua ótica devem ser ouvidas na Comissão de Inquérito visto que detém poderes especiais que as comissões



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 116/XIV/ 2.ª SL

permanentes não dispõem. Reiterou a opinião de que, atendendo ao que veio a luz neste relatório do TdC, devem estas personalidades ser ouvidas o mais rapidamente possível. Admitindo a possibilidade de ausência de consenso sobre esta questão, votará favoravelmente o requerimento de modo a garantir que as audições se realizem onde for viável, seja na COF ou na Comissão de Inquérito.

Interveio depois o Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) sugerindo que se fizesse uma votação indiciária do requerimento, pese embora considere que as audições devam ser realizadas na Comissão de Inquérito, uma vez que dispõe de mecanismos e poderes acrescidos. Assumindo-se já a audição do TdC na COF, sugeriu que se aguardasse pela decisão que vier a ser tomada no dia seguinte, na reunião de mesa e coordenadores da Comissão de Inquérito, sobre as restantes audições.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) esclareceu que o requerimento foi apresentado na COF, porque foi esta a Comissão que requereu a auditoria ao TdC. Informou que, ainda assim, o PS não inviabilizaria a possibilidade de as audições, com exceção da do TdC, virem a realizar-se na Comissão de Inquérito, caso isso venha a ser aprovado na reunião de mesa e coordenadores. Ou seja, estará disponível para subscrever uma tal solução desde que haja acordo para que essas audições, que estavam programadas para o final, se realizem no espaço de uma a duas semanas, na Comissão de Inquérito. Senão, disse, deverão ser promovidas na COF.

Seguidamente, o Senhor Presidente informou que a mesa endereçaria convite ao TdC e que a eventual necessidade de agendamento das demais audições dependerá da deliberação que for tomada na Comissão de Inquérito, ficando assim a aguardar informação sobre o que aí ficar decidido.

A reunião foi encerrada às 11:08 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 05 maio 2021.

O Presidente

(Filipe Neto Brandão)



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 116/XIV/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Paula Vitorino (PS)
Carlos Brás (PS)
Fernando Anastácio (PS)
Filipe Neto Brandão (PS)
Hortense Martins (PS)
João Gouveia (PS)
João Paulo Correia (PS)
Nuno Sá (PS)
Vera Braz (PS)
Afonso Oliveira (PSD)
Alberto Fonseca (PSD)
Duarte Pacheco (PSD)
Eduardo Teixeira (PSD)
Hugo Carneiro (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Margarida Balseiro Lopes (PSD)
Mariana Mortágua (BE)
Duarte Alves (PCP)
Cecília Meireles (CDS-PP)
Jamila Madeira (PS)
Sara Madruga Da Costa (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Silva (PSD)
Ricardo Vicente (BE)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Miguel Matos (PS)
André Silva (PAN)
André Ventura (CH)
João Cotrim De Figueiredo (IL)